

Acordo para dívida deverá sair quase ortodoxo

Brasil fará o que prometeu recusar: receberá mais dólares, mas retornará ao monitoramento

ARNOLFO CARVALHO
Enviado Especial

Nova Iorque — O governo não admite abertamente, mas o balanço da retomada das negociações externas aponta num só sentido: o Brasil acabará fazendo quase tudo o que prometeu não fazer, sujeitando-se a assinar praticamente ao mesmo tempo um pacote de acordos com o Fundo Monetário Internacional, os bancos credores e o Clube de Paris, suspendendo a moratória em troca de um refinanciamento global da dívida externa que incluirá alguns ganhos mas, também, representará a volta do monitoramento reforçado da política econômica do País.

Os dados estão lançados à mesa, faltando apenas alguns movimentos no tabuleiro da política interna, determinados tanto pela tentativa de mudança na composição de forças a sustentar o Governo Sarney quanto, naturalmente, pelo curso da economia neste último trimestre. Não é de hoje que se percebe no Palácio do Planalto uma vontade quase compulsória de reatar relações com a comunidade financeira, como último esforço para assegurar alguma tranqüilidade econômica no final do mandato presidencial, com a volta dos investimentos.

A utilidade da moratória, de acordo com esta estratégia, se revelou na medida em que o País jogou a bola para o campo adversário, passando o problema aos credores e obrigando-os a buscar a negociação para não sofrerem outro ano de prejuízo em seus balanços. De fato, se não fosse a suspensão dos juros em fevereiro o País estaria negociando hoje em condições muito mais desvantajosas, provavelmente se dobrando aos esquemas tradicionais recomendados pela Administração Reagan para estes casos.

Unindo a moratória de fato à retórica herdada da época em que o PMDB era oposição (veja-se hoje o que se passa com o Partido Peronista na Argentina de Raúl Alfonsín), quando a peça de resistência no campo econômico era a crítica à submissão ao FMI, o Governo Sarney conseguiu empurrar os credores até quase um ponto de não retorno, tendo como ápice a gestão Dilsón Funaro, passando então a executar a fática do passo atrás ao mudar o Ministério da Fazenda no semestre passado.

O que se fez internamente — volta aos princípios ti-

dos como de bom senso em matéria de política econômica, através do Plano Bresser em junho, que é reconhecido como “positivo” por técnicos do FMI — também se pensou para a área externa, com algumas diferenças fundamentais por se tratar de um jogo com o que há de mais refinado em matéria de esper-teza internacional. Tanto é que num primeiro momento se despejou um plano quase mirabolante na mesa do secretário James Baker, do Tesouro, para depois recuar.

Como se recorda, no início de setembro o ministro da Fazenda veio ao Exterior com a proposta original de obrigar mais de seiscientos bancos credores a converter 50 por cento da dívida privada de US\$ 67 bilhões em “bônus de saída” (exit bonds) que seriam pagos dentro de 25 a 30 anos, com dez de carência, juros fixos de 3 por cento e taxas de risco (spread) iguais a zero. A outra metade seria negociada de forma “convencional”, com o reescalonamento do principal até o ano 2022.

Foi aquele deus nos acuda, houve até o ensaio de uma reação do próprio presidente José Sarney contra a atitude de Bresser, que — informou-se na época — teria levado uma reprimenda por “expor o País dessa forma no exterior”. Baker disse que a proposta não era um ponto de partida para nada, continha erros de aritmética etc., e o ministro da Fazenda continuou sorrindo à sua maneira.

Enquanto isso as taxas de juros internacionais mantinham a tendência al-tista (a **prime** subiu meio ponto), pressionada pelo déficit fiscal norte-americano, os bancos estrangeiros registravam crescentes provisões para se prevenir contra uma epidemia de moratórias no Terceiro Mundo e a conversa nos círculos financeiros internacionais girava em torno da iminente ameaça de um colapso na ordem monetária pós-Bretton Woods. As variações semanais no saldo dos empréstimos de curto prazo ao Brasil (linhas comerciais e depósitos interbancários) refletiam o nervosismo geral.

Assustado pelo rebulício que provocara, o próprio governo brasileiro baixou a bola. Bresser começou a falar em moderar suas idéias, seu assessor de dívida externa, Fernão Bracher, manteve contatos no exterior e começou-se a elaborar sob sete chaves

RESERVAS INTERNACIONAIS 1/		
US\$ milhões		
Posição	Caixa	Liquidez
1984 Dez	7.522	11.348
1985 Dez	7.690	10.482
1986 Dez	4.585	6.760
1987 Jan	3.729	5.380
Fev	3.331	4.965
Mar	3.221	4.859
Abr	3.280	5.169
Mai	3.477	5.770
Jun	3.256	4.873

1/ Haveres no Banco Central.

uma segunda proposta, combinando elementos tradicionais e “alternativas criativas” que foram apresentados ao Congresso sob uma única promessa: o Brasil aceitaria, sim, fazer um acordo com o FMI, mas só e somente só após os bancos credores concordarem em renegociar juros e principal sem condicionalidades.

Até que na sexta-feira que antecedeu a 42ª Assembleia Anual do FMI/Banco Mundial os negociadores apresentaram ao Comitê de Assessoramento dos bancos credores, na Associação dos Bancos de Comércio Exterior, em Washington, sua proposta escrita. Um dos principais negociadores admite, agora, que realmente o Brasil colocou mais de um bode na sala dos banqueiros, propositalmente. Um deles foi o **spread** zero, que todo mundo sabe ser praticamente inaceitável em condições normais. Outro foi o pedido de refinanciamento dos juros de três anos, totalizando US\$ 10,4 bilhões.

Para se ter uma idéia, sob esta embalagem de refinanciamento de juro que não pode ser chamado de dinheiro novo, o Brasil apresentou aos bancos o maior pacote de refinanciamento já visto, introduzindo um elemento até um ano atrás inaceitável para começo de qualquer conversa em Washington, que é a inclusão dos juros no refinanciamento. O Governo Reagan sempre fez pé firme em só aceitar rolar o principal das dívidas, juros era coisa sagrada para os lucros dos banqueiros.

Assim, configura-se uma estratégia de dois passos: adiante, um atrás: se não proposta original falava-se em refinar apenas os juros de 1987 e metade do que será devido em 1988, totalizando US\$ 7,2 bilhões, na nova já se inclui também a metade da estimativa de juros devidos em 1989. Para completar o quadro, apresentou-se aos credores uma atualização

do Plano de Controle Macroeconômico com projeções claramente pessimistas.

Tirou-se, entretanto, do luxuoso arranha-céu de vidro e aço do Citicorp, um dos bodes: o Brasil já não quer obrigar ninguém a comprar bônus da dívida com deságio, embora continue querendo um desconto por saber, como todo mundo em Londres ou Nova Iorque, que o valor real da dívida é bem menor do que seu valor nominal. Mas esta diferença vai sair é do prazo e das taxas de juros, que ninguém discutiu até agora, mesmo sabendo que uma taxa muito baixa, num título de aquisição voluntária, terá o mesmo efeito que os bancos obtiveram com a Argentina — ou seja, ninguém compra o papel que rende a metade da remuneração atual do dólar.

Agora, na segunda reunião com o Comitê de Assessoramento presidido por Willian Rhodes, do Citibank, já se começa a admitir também a hipótese de tirar o segundo bode — ou seja, como o presidente do Banco Central, Fernando Milliet, deu a entender, eles vão rediscutir detalhadamente o refinanciamento referente ao corrente ano.

Dependendo de quanto o Brasil conseguir ter, em promessa, destes organismos e governos (Clube de Paris), poderá abrir mão de parte do pedido aos bancos privados. E mais: como ficou indicado pelo ministro Bresser Pereira em diversas ocasiões nos últimos dez dias, o País já não anda assim tão insensível ao problema da desclassificação de seus créditos por parte de uma agência reguladora norte-americana. Antes, o dia 26 deste mês era um problema dos bancos, como colocavam assessores do ministério da Fazenda para quem quisesse ouvir.

Este agora é também um problema brasileiro, pelo que se entende, tanto é que a terceira reunião com o

Comitê de Assessoramento está marcada exatamente para alguns dias antes da data fatal — intencionalmente de maneira a permitir que, em se chegando a um acerto preliminar, com os negociadores entendendo que há boa vontade dos banqueiros e ninguém vai obrigar o Planalto a romper de vez com o Congresso, haverá então tempo para se dar uma ordem ao Banco do Brasil de Nova Iorque para que seja efetuado um pagamento simbólico dos juros devidos desde a moratória. Uma bagatela de meio milhão de dólares é o que se tem em mente.

Mas não paramos por aí: ao invés de continuar ficando pé na tese de que um acordo com o FMI é inaceitável, o governo brasileiro passou a admitir assinar uma Carta de Intenções, muito semelhante às oito que o ex-ministro Delfim Netto assinou com a discrição de quem vai almoçar em Paris e volta para a ceia, desde que isto ocorresse após — e somente após — o acordo com os bancos credores. Esta retórica também já mudou: admitiu-se primeiro fazer os dois acordos quase simultaneamente (isso nunca ficou claro nas entrevistas), desde que não houvesse nenhuma vinculação entre o refinanciamento dos bancos e o cumprimento da Carta de Intenções.

Hoje em dia isto também já é coisa do passado: Milliet disse na sexta-feira, após o encontro no Citicorp, que “não é impossível nem tampouco é uma condição” a simultaneidade dos acordos com o FMI, os bancos e... o Clube de Paris. “O que continuamos não aceitando é a vinculação” — explicou outro negociador. De forma que tudo caminha no sentido de um entendimento amplo e geral, senão irrestrito, com os credores privados e oficiais, sob a tutela disfarçada do Departamento do Tesouro: o próprio diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, quase tão sorridente quanto Bresser, desmancha-se em elogios à nova posição brasileira.

Se não houver maior contratempo, no que se refere à realocação de forças políticas na sustentação do Governo Sarney, é bastante provável, e nisso todos os analistas com algum trânsito no meio financeiro internacional parecem concordar — que ao longo do próximo semestre o País assista a um festival de acordos externos, se não formalizados pelo menos em franco encaminhamento.